

O turismo e a gestão dos resíduos sólidos no contexto dos meios de hospedagem e do município turístico de Pirenópolis (GO)

Luiz Carlos SPILLER PENA¹

Daniela NAZAR NEIVA²

Érica Renata VIDAL GIAMPAOLO³

Resumo: O turismo e a gestão integrada dos resíduos sólidos no contexto de municípios turísticos são um grande desafio. Verifica-se que as determinações legais estimulam as ações coletivas, fator essencial para lidar com a situação do descarte que, devido ao fluxo intenso do turismo, pode causar impactos proporcionalmente maiores nos sistemas de infraestrutura dessas localidades. A partir de uma reflexão sobre o contexto da relação turismo e resíduos sólidos no município turístico de Pirenópolis, Estado de Goiás, o objetivo do artigo foi o de refletir como os aspectos políticos e sociais relacionados à gestão integrada de resíduos sólidos estão articulados às práticas individualizadas do setor de hospedagem da destinação. A análise descritiva juntamente com a percepção dos pesquisadores a partir da aplicação do instrumento de pesquisa permitiu enxergar nos resultados que o referido setor é atuante na estruturação interna de ações voltadas às boas práticas, mas possui atuação relativa nas ações que possivelmente poderiam promover ações coletivas e integradas.

Palavras-chave: Turismo. Resíduos sólidos, Gestão Integrada. Planejamento.

1 Introdução

O despontar do consumo nas sociedades é sem dúvida um dos maiores propulsores do fluxo do capitalismo mundial. O fenômeno da globalização e mercantilização permitiu um fluxo de informações e de compras cada vez mais ágeis, mudando a maneira como a sociedade encara os processos de aquisição, consumo de bens e serviços e permitindo o sucesso da manipulação das vontades, desejos e necessidades que alimentam as próprias condições de produção, gerando assim uma premissa do ter em detrimento do manter.

¹ Doutor em Saneamento e Ambiente. Docente do Centro de Excelência em Turismo (CET) da Universidade de Brasília (UnB). <http://lattes.cnpq.br/9003281527389155>. spilena@unb.br

² Graduanda do curso de Bacharelado em Turismo do Centro de Excelência em Turismo (CET) da Universidade de Brasília (UnB). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). <http://lattes.cnpq.br/0184160526452408>. dneiva@gmail.com

³ Graduanda do curso de Bacharelado em Turismo do Centro de Excelência em Turismo (CET) da Universidade de Brasília (UnB). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). <http://lattes.cnpq.br/0658917855050290>. ericagiampaolo@gmail.com

Se por um lado essa premissa, característica do acesso estimulado e “fácil” a novos produtos é cultivada na ponta inicial do processo de acumulação permanente do capital, na ponta final falta, quase sempre, o acesso às tecnologias e políticas que deem conta de padrões sustentáveis para o tratamento do reflexo da produção e do consumo na sua relação com a degradação ambiental.

O ato do descarte, constantemente banalizado e pouco considerado nesse mesmo processo inicial de produção, evidencia a problemática da disposição ambientalmente adequada dos resíduos sólidos (RS). Embora na ponta inicial se desenvolvam novas técnicas de manejo e de gestão voltadas à sustentabilidade de processos, soluções como o descarte a céu aberto prevalecem como destinação final de resíduos sólidos. Aqui não se trata somente de adotar tecnologias adequadas para o correto manejo de resíduos oriundos desse descarte, mas de as técnicas estarem associadas, de forma igualitária, às determinações dos diferentes agentes envolvidos na produção dos resíduos, entre eles as administrações públicas, os setores privados e a sociedade como um todo. Dessa forma, o tratamento (da gestão às técnicas, ou vice versa) dos resíduos sólidos é encarado como uma questão de adversidade e um desafio cada vez mais complexo.

Tal complexidade é uma realidade que atinge o Brasil desde “a revolução urbana brasileira, consecutiva à revolução demográfica dos anos 50” que promoveram o “aumento considerável de cidades milionárias e de grandes cidades médias” (Santos & Silveira, 2004, p. 202). Segundo esses mesmos autores, não se pode tratar de forma isolada as cidades, descolando-as dos contextos regionais onde estão inseridas, pois os atores dessas cidades “em virtude de suas atividades específicas na divisão do trabalho” possuem diferenças de interesses e visão, quase sempre “elaboradas na colaboração e no conflito” (Santos & Silveira, 2004, p. 283).

Em cidades de tal porte e que funcionam como destinações turísticas existe uma questão a ser aprofundada em relação aos resíduos sólidos: a intensificação da geração de resíduos devido ao consumo e descarte dos turistas nos finais de semana, feriados e férias, que geram um maior volume além daquele de sua população local.

O aumento de fluxos turísticos regionais no país, que em 13 anos teve um crescimento de 54% (Brasil, 2014, p. 12), fez explodir também a oferta de serviços. O impacto decorrente da necessidade de atendimento a esses fluxos suscitou a crescente preocupação com o desenvolvimento sustentável da atividade turística no Brasil, com foco especial na preservação ambiental de destinos cada vez mais visitados por turistas. Como observa De Conto (2005), por exemplo, os meios de hospedagem geram uma grande quantidade de resíduos sólidos, ao passo que sua produção está associada a fatores diversos e ponderáveis como: “o número de hóspedes; número de funcionários contratados e terceirizados; variação sazonal; classificação do hotel;

serviços oferecidos aos hóspedes; faixa etária dos hóspedes; poder aquisitivo dos hóspedes; motivo da hospedagem; entre outros”. Ou seja, a relação consumo/descarte não está associada somente ao aumento do fluxo em si, mas da sua qualificação.

O contexto e as questões acima motivaram a elaboração do presente artigo, baseado em uma pesquisa empírica com o objetivo de reportar cientificamente como se articulam aspectos políticos e sociais relacionados às boas práticas desde a geração até a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos promovida pelos Meios de Hospedagem no município turístico de Pirenópolis, Estado de Goiás (GO).

Sua estrutura aborda uma discussão teórica inicial acerca do tema turismo, resíduos sólidos e gestão compartilhada dos resíduos sólidos. Tal discussão é seguida de uma descrição do cenário dos RS em Pirenópolis a partir da percepção de sua inserção regional e do tratamento dado à situação problema considerando aspectos da Lei 12.305/2010, do plano Municipal de Turismo e do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Em um terceiro momento buscamos identificar por meio de uma pesquisa diagnóstica sobre a conformidade do setor de hospedagem de Pirenópolis (GO) com boas práticas desde a geração até a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos. Propusemos verificar como uma atuação individualizada, de um setor do turismo, colabora para os aspectos da gestão integrada relacionados à preocupação da disposição em si e dos resíduos sólidos na destinação turística em estudo. As considerações finais aprofundam uma reflexão sobre o contexto e as questões que afetam ao turismo e a geração de resíduos sólidos em destinações turísticas.

2 Reflexões acerca da relação turismo e resíduos sólidos

O Brasil foi estimado como o quinto maior gerador de resíduos sólidos urbanos do mundo (IBGE, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, PNSB, 2000). O pouco ou nenhum planejamento para a logística desses resíduos faz com que seja cada vez maior o seu descarte incorreto. Segundo a PNSB, 99,96% dos municípios brasileiros têm serviços de manejo de resíduos sólidos, porém 50,75% deles dispõem seus resíduos em vazadouros; 27,68% em aterros sanitários e 22,54% em aterros controlados.

Em geral, a falta de investimentos e repasses da administração pública aliada à escassez de informação e do pouco reconhecimento da importância do gerenciamento sustentável leva os municípios a optarem pelo caminho mais fácil e menos oneroso economicamente. São normalmente depósitos a céu aberto que não possuem nenhum tipo de controle de entrada de materiais e pessoas, nem o preparo e a proteção adequada do solo.

O gerenciamento negligente frente à disposição final inadequada de resíduos pode trazer consequências negativas irreparáveis. Em pequenos municípios, mais suscetíveis a não possuírem equipamentos adequados e redes de coleta, o impacto dessas consequências é ainda maior. Em regiões turísticas esses efeitos são mais intensificados, posto que o volume de resíduos comerciais e de origem pública é oscilante e crescente em épocas de grande atividade turística, como feriados e férias escolares.

Nesse sentido, o turismo inserido na lógica do capitalismo mundial gera o consumo e os precedentes para a sua prática envolvem a compra e aquisição de diferentes tipos de produtos que nas destinações turísticas geram os resíduos sólidos para o descarte. Tal afirmação, aparentemente lógica, deve ser analisada a partir de como tais destinações gerenciam, coletiva e integradamente, o destino final dos RS. Para Alvares (2010), o que torna a gestão dos resíduos sólidos urbanos aliados à prática turística uma realidade complexa resulta de reconhecer que a “destinação final dos resíduos nos destinos turísticos recai justamente na busca para estabelecer as maiores dificuldades na engrenagem entre os diversos setores econômicos e atores sociais dessas localidades”.

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/10, artigos 17/18, é de responsabilidade dos Estados e municípios elaborarem planos de gestão de resíduos como prerrogativa para o repasse de verbas federais destinadas a empreendimentos e serviços relacionados ao tema. Esses planos devem incluir como principais fatores a destinação do lixo para aterros sanitários e a coleta seletiva de recicláveis. O documento da mesma forma prevê ações táticas como o desenvolvimento de uma logística reversa e a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, responsabilizando municípios, cadeia produtiva e sociedade pela logística do descarte.

Em seu artigo 19, a PNRS destaca aspectos que demonstram que o planejamento ou um plano de gestão integrada para tratamento da problemática dos RS pressupõe uma concertação que envolve o setor público, a iniciativa privada e a sociedade em geral. Três itens desse mesmo artigo aprofundam essa questão ao orientarem a inclusão de:

- X - programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos;
- XI - programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver;

XII - mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos.

Ou seja, a gestão integrada de resíduos sólidos envolve boas práticas individuais mas sobretudo coletivas para o seu tratamento.

Nicoletti (2002) aponta que a atividade turística “apresenta aspectos contraditórios ao envolver risco e ao trazer, concomitantemente, novas perspectivas para o desenvolvimento das comunidades e para a preservação do meio ambiente”. A minimização desses efeitos só é possível ao existirem formas eficazes para o seu planejamento e gestão.

O caminho para uma gestão mais participativa e compartilhada envolve a participação dos setores privados e públicos e da sociedade nos processos referentes à produção-disposição final do lixo, considerando os tipos de resíduos produzidos e as características sociais, culturais e econômicas do local (Monteiro et al, 2001, p. 8). Ainda segundo o autor, em cidades turísticas, medidas especiais devem ser adotadas de forma a garantir a salubridade e a permanência dos turistas, como a contratação de equipes específicas e o aumento dos turnos de coleta de acordo com a demanda.

Na perspectiva social, o gerenciamento integrado engloba diferentes atores. Como apontou Alvares (2010) “na periferia dos destinos turísticos pode haver maior concentração das pessoas marginalizadas do processo de inclusão que o trabalho direto ou indireto com o turismo pode proporcionar”. O papel dos catadores de materiais recicláveis, como sinalizado na PNRS, em cidades turísticas é constantemente presente nesse cenário, visto que é uma forma destes se integrarem e usufruírem do sistema produtivo local.

Para Gouveia (2012) esses profissionais há muito “vem realizando um trabalho de grande importância ambiental; contribuindo significativamente para o retorno de diferentes materiais para o ciclo produtivo; gerando economia de energia e de matéria-prima, e evitando que diversos materiais sejam destinados a aterros”. A valorização desses profissionais por meio de políticas públicas é fundamental se considerarmos que eles são importantes protagonistas para a gestão integrada e participantes ativos para o desenvolvimento sustentável dos processos de logística do descarte, beneficiando a comunidade e a cadeia produtiva.

Essa discussão remete à reflexão acerca de como as ações individualizadas, especialmente dos setores de serviços do turismo, estão colaborando ou não para o tratamento dos resíduos sólidos a partir de práticas relacionadas a uma educação ambiental. Esse argumento se estende ao agir dos atores e à percepção sobre o envolvimento dos diferentes interessados na questão, principalmente os que utilizam esses resíduos como fonte de negócios.

3 O cenário de Pirenópolis (GO) na relação entre turismo e resíduos sólidos

O município de Pirenópolis está situado na chamada Região do Ouro (definida pelo Ministério do Turismo a partir do seu Programa de Regionalização) e na Área de Proteção Ambiental (APA) Pirineus (instituída pelo Governo do Estado por meio do Decreto Nº 5.174, de 17 de fevereiro de 2000), e possui 23.003 habitantes (<http://www.cidades.ibge.gov.br/>). Com uma posição geográfica estratégica sua demanda turística provem principalmente de dois grandes centros urbanos próximos a ele: Goiânia e Anápolis (respectivamente cerca de 120 e 60 km), no Estado de Goiás, e da capital federal, Brasília, no Distrito Federal (cerca 150 km de distância). Com a revalorização que a transformou em destino turístico, com enfoque no aspecto histórico e ambiental, Pirenópolis recebe aproximadamente 120 mil turistas por ano, que usufruem dos cerca de 120 estabelecimentos de hospedagem e dos 50 de alimentação, segundo o Plano Municipal Turístico de Pirenópolis (2012, p. 11). Em se tratando da problemática discutida, possui um Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PMGIRS), previsto conforme a Política Nacional e Municipal de Resíduos Sólidos, que possui um sistema de coleta regular, serviços correlatos (como varrição) periódicos, uma associação de catadores (CATAPIRI) e um aterro sanitário de aproximadamente 15 hectares que, custeado com recurso público há cerca de 20 anos, acabou possuindo as características de um lixão à céu aberto e é onde vem se dando o descarte dos resíduos sólidos coletados no município, desde de podas e aparas de árvores até resíduos líquidos de empresas que limpam fossas e caixas de gordura (PMGIRS, 2015, p. 47).

O PMGIRS de Pirenópolis prevê ainda o sistema de tratamento dos resíduos pós-coleta, visando a disponibilização de equipamentos para a Associação dos Catadores de Pirenópolis – CATAPIRI. Busca também orientar um sistema de Limpeza Pública capaz de induzir diversos setores da sociedade à não geração desmedida, à redução, à reutilização, à reciclagem, ao tratamento dos resíduos sólidos e à disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, eixo central da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Porém, como apontado pelo próprio Plano, “tal planejamento não vem sendo integralmente cumprido, devido, principalmente a dificuldades de gestão e a falta de capacidade de fiscalização do Departamento de Serviços Urbanos, que a rigor, não conta com fiscais específicos da limpeza em seus quadros funcionais” (PMGIRS, 2015, p. 41).

Todavia, o que se verifica é que o sistema de coleta realizado em Pirenópolis aparentemente não segue um planejamento formal e rígido, ocorrendo em parte por

atendimento a demandas, sendo alguns princípios e frequências preestabelecidos: no centro da cidade e no Centro Histórico ocorre coleta diária, de segunda a domingo; em praticamente todos os demais bairros ocorre coleta de segunda a sexta-feira; nos distritos e povoados a coleta é efetuada uma vez por semana e onde existem atrativos naturais e empreendimentos turísticos a coleta também é efetuada uma vez por semana e os resíduos são acumulados em contêineres. Alguns desses empreendimentos triam seus resíduos, destinando para a coleta apenas a parcela seca do lixo. A parcela orgânica é compostada e utilizada em jardins e hortas no próprio empreendimento. Em locais mais isolados, não há disponibilização de serviços públicos de coleta, como, por exemplo, na cachoeira Bonsucesso, cabendo aos proprietários dos empreendimentos providenciarem a destinação de seus resíduos (PMGIRS, 2015, p. 10-12).

O diagnóstico do Plano aponta em relação aos catadores de materiais recicláveis:

Os resíduos descartados são recepcionados por catadores de materiais recicláveis vinculados a Associação de Catadores de Pirenópolis – Catapiri, que realizam a triagem dos materiais recicláveis e em seguida os amontoam ao ar livre ou os armazenam em big bags aguardando comercialização. No local há barracos improvisados, utilizados pelos catadores como abrigos provisórios, onde eventualmente pernoitam para vigiar os materiais triados e armazenados a espera de comercialização. (PMGIRS, 2015, p. 48)

Dos aspectos destacados acima procurou-se trabalhar uma pesquisa com o foco nas ações individualizadas do setor de hospedagem de Pirenópolis, como agem a partir dos empreendimentos e sua percepção ou conhecimento sobre as ações dos outros entes envolvidos com a gestão integradas dos RS.

4 AS BOAS PRÁTICAS DO SETOR DE HOSPEDAGEM DE PIRENÓPOLIS (GO)

A pesquisa diagnostica a conformidade do setor de hospedagem de Pirenópolis (GO) com boas práticas desde a geração até a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos. Aqui falaremos também da metodologia dessa pesquisa.

4.1 METODOLOGIA

O método empregado para esse trabalho de pesquisa foi descritivo baseado nos resultados quantitativos (percentual e média) e qualitativos obtidos pela aplicação do formulário de campo.

O instrumento de pesquisa foi estruturado com questões fechadas e abertas cuja formulação se deu para esclarecer ou complementar aspectos relacionados às perguntas fechadas, de maneira que servisse tanto ao trabalho descritivo quanto as inferências balizadas também pela observação do pesquisador em campo. Os pesquisadores atuaram como observadores in loco coletando e transmitindo informações que foram repassadas de maneira voluntária pelos entrevistados/visitados.

O instrumento de pesquisa foi concebido a partir das questões discutidas ao longo do artigo, como se nota na sua formulação e nos resultados alcançados.

O processo de seleção dos estabelecimentos contou com o apoio da Secretaria Municipal de Turismo, Planejamento Urbano e Desenvolvimento Econômico Sustentável de Pirenópolis, no sentido de informar aqueles situados no perímetro urbano da cidade, em funcionamento e preferencialmente existentes no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR) do Ministério do Turismo. Para o trabalho de campo houve o apoio dos funcionários do Centro de Atendimento ao Turista (CAT/Centro) no contato prévio com os estabelecimentos.

4.2 RESULTADOS

Dos 40 estabelecimentos selecionados seguindo os critérios mencionados na seção anterior participaram 37 respondentes. Os resultados e inferências são apresentados a seguir.

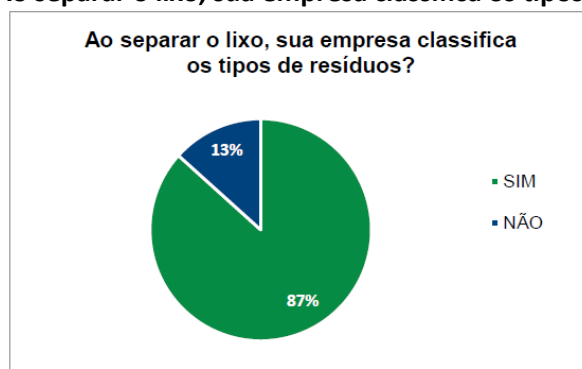
Quadro 1 - Sua empresa faz separação dos resíduos?



Fonte: CET/UnB, 2014.

De acordo com o Quadro 1, de todos os estabelecimentos entrevistados, menos da metade (41%) assinalaram positivamente à prática da separação de resíduos, ou seja, 59% ainda não adotam essa prática. Este é o primeiro indicativo da ação individualizada do setor de hospedagem em relação a gestão de resíduos no município.

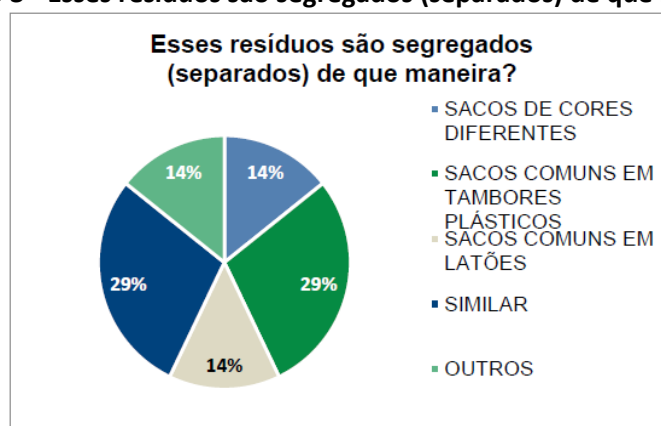
Quadro 2 - Ao separar o lixo, sua empresa classifica os tipos de resíduos?



Fonte: CET/UnB, 2014.

No Quadro 2, dos quinze estabelecimentos que praticam a separação dos resíduos sólidos apresentados no Quadro 1 (41%), 13% separam os resíduos apenas em lixo seco e orgânico e os demais fazem a separação completa (plástico, vidro, papel, metal, orgânico, entre outros). Percebe-se que apesar da falta de gestão integrada de resíduos no município como um todo, existe a iniciativa e a preocupação com o problema dos RS.

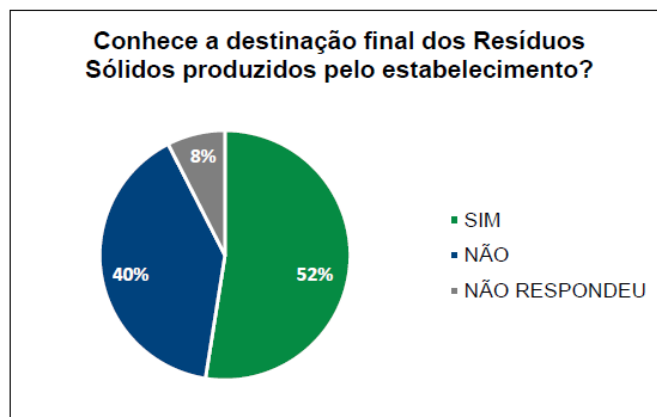
Quadro 3 - Esses resíduos são segregados (separados) de que maneira?



Fonte: CET/UnB, 2014.

A forma de segregação dos resíduos mais utilizada é o armazenamento por sacos comuns em tambores plásticos (29%) e similar (29%) como é visto no Quadro 3. As demais formas totalizam 42% e nas opções não definidas, os entrevistados não especificaram a forma utilizada.

Quadro 4 - Conhece a destinação final dos Resíduos Sólidos produzidos pelo estabelecimento?



Fonte: CET/UnB, 2014.

Analisando os dados acima, mais da metade dos estabelecimentos (52%) afirmam conhecer a destinação final do RS produzidos em seu estabelecimento. Enquanto 40% desconhecem e 8% não responderam a essa questão.

Quadro 5 - Se sim, qual local?



Fonte: CET/UnB, 2014.

Dos meios de hospedagem que conhecem a destinação final dos resíduos sólidos indicado no Quadro 4, 14% destinam seus resíduos para empresas particulares, 3% (que equivale a apenas um meio de hospedagem) destina para a CATAPIRI, 14% informaram que seus resíduos orgânicos são reutilizados na própria empresa, 14% indicaram que os resíduos não recicláveis vão para o lixo e a maioria dos estabelecimentos (46%) enviam todos os seus resíduos para o lixo.

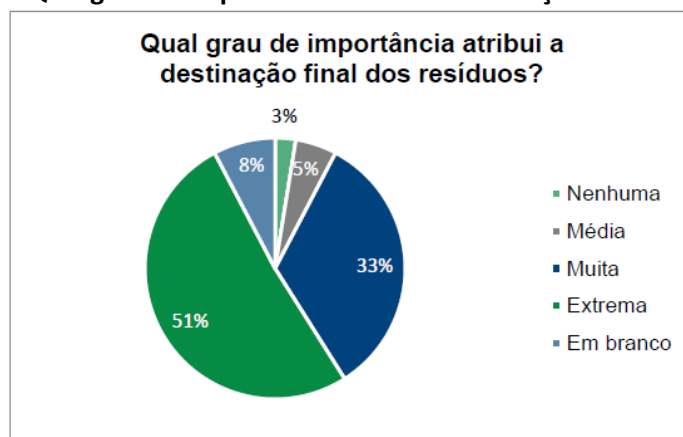
Quadro 6 - Você doaria seus resíduos para cooperativa?



Fonte: CET/UnB, 2014.

No Quadro 6, observa-se que todos os estabelecimentos que responderam a questão (97%), estão suscetíveis a doação de seus resíduos para a cooperativa. Infere-se a partir dos Quadros 4, 5 e 6 que a prática de doação de resíduos não ocorre devido a falta de comunicação e integração dos sujeitos envolvidos no PMGIRS.

Quadro 7 - Qual grau de importância atribui a destinação final dos resíduos?



Fonte: CET/UnB, 2014.

De acordo com o Quadro 7, mais da metade dos estabelecimentos (51%) acham extremamente importante e 33% acham muito importante a destinação final dos resíduos sólidos. Entretanto, para uma parcela considerável dos entrevistados, a

importância varia entre média (5%), nenhuma importância (3%) e ausência de opinião em relação ao tópico abordado.

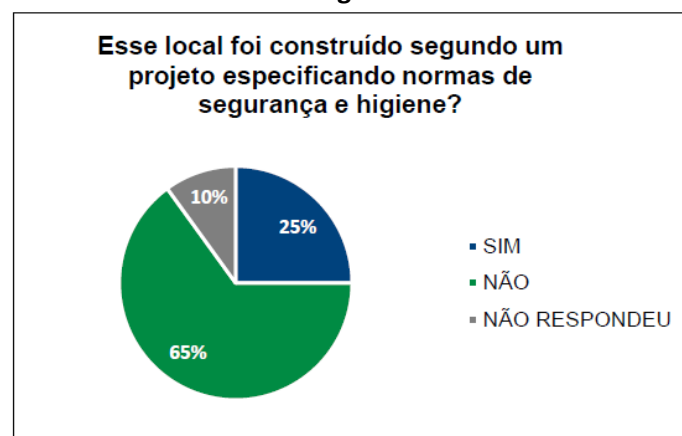
Quadro 8 - A empresa mantém os resíduos sólidos em local reservado?



Fonte: CET/UnB, 2014.

Com base nos dados apresentados no Quadro 8, percebe-se que 54% dos estabelecimentos mantém seus resíduos em locais reservados, porém 46% ainda não adotam essa prática. Este dado demonstra a falta de conscientização das consequências do mal armazenamento dos resíduos.

Quadro 9 - Esse local foi construído segundo um projeto especificando normas de segurança e higiene?

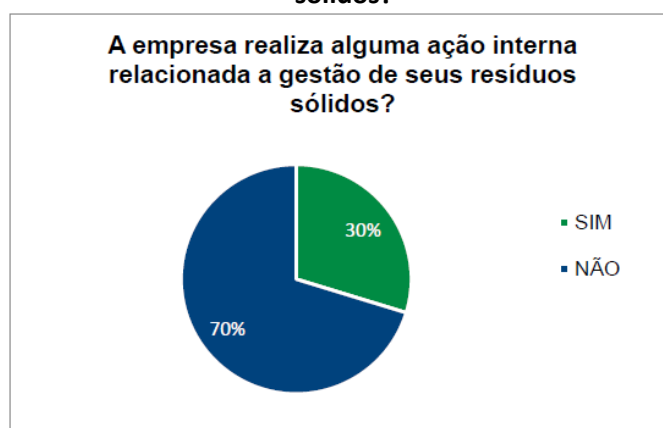


Fonte: CET/UnB, 2014.

Dos meios de hospedagem que mantém seus resíduos em um local reservado (Quadro 8), apenas 25% desses locais estão de acordo com as normas de segurança e higiene, 65% não estão de acordo e 10% não responderam. Essa elevada parcela de

estabelecimentos fora do padrão de segurança e higiene pode ser justificada pela falta de informações ou recursos.

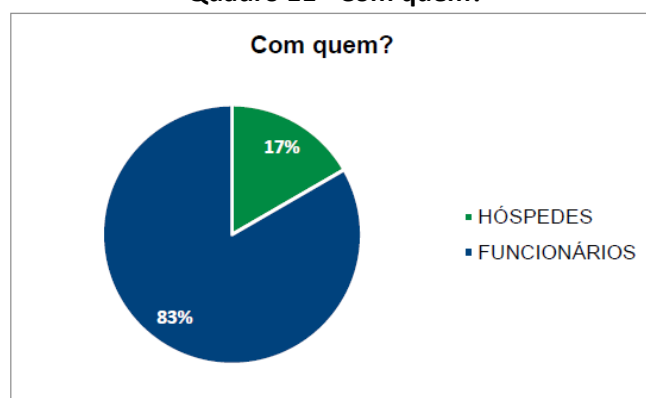
Quadro 10 - A empresa realiza alguma ação interna relacionada a gestão de seus resíduos sólidos?



Fonte: CET/UnB, 2014.

A partir do Quadro 10, em que apenas 30% responderam positivamente, percebe-se que poucos estabelecimentos se preocupam em realizar ações de conscientização sobre resíduos sólidos.

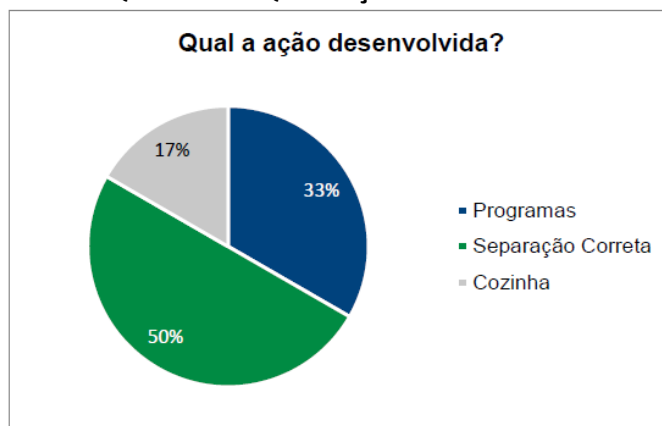
Quadro 11 - Com quem?



Fonte: CET/UnB, 2014.

No Quadro 11, especifica-se com quem são realizadas as ações de conscientização questionadas no Quadro 10. Percebe-se que a maioria das ações tem como foco os funcionários (83%).

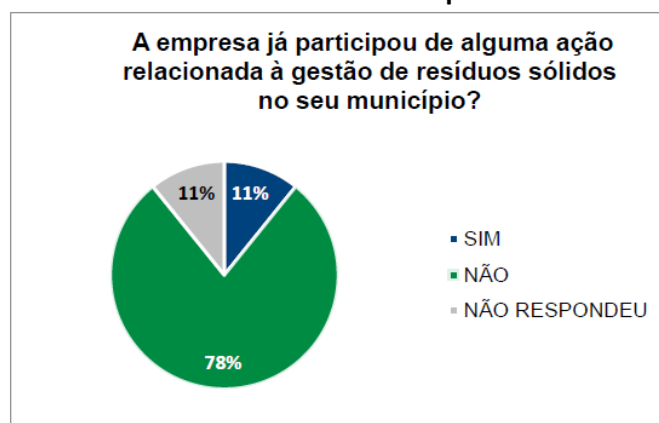
Quadro 12 - Qual a ação desenvolvida?



Fonte: CET/UnB, 2014.

Dos empreendimentos que afirmaram realizar alguma ação, apenas seis a especificaram. As ações realizadas costumam ser voltadas para a correta separação dos resíduos sólidos, como pode-se observar no Quadro 12.

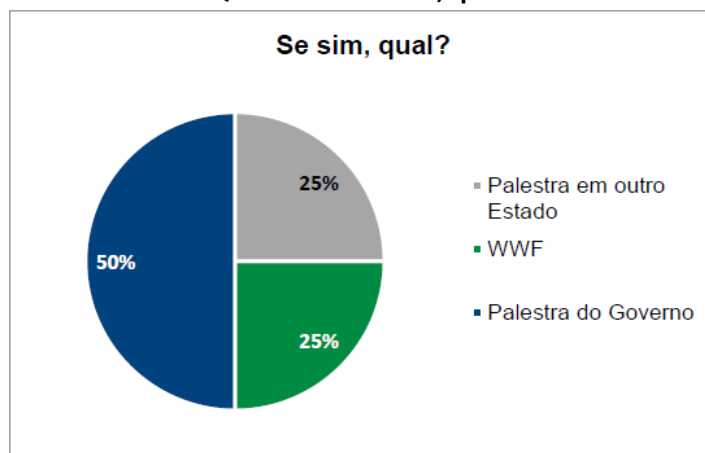
Quadro 13 - A empresa já participou de alguma ação relacionada à gestão de resíduos sólidos no seu município?



Fonte: CET/UnB, 2014.

Como apresentado no Quadro 13, apenas 11% dos meios de hospedagem entrevistados participaram de alguma ação relacionada à gestão de resíduos no município. Pode-se justificar a não participação devido a falta de divulgação e de clareza da importância desse tipo de ação.

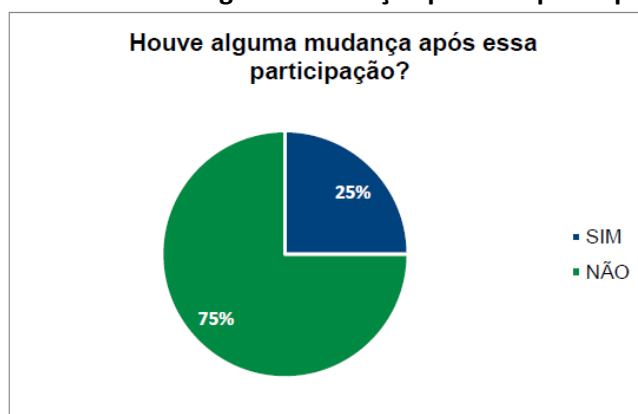
Quadro 14 - Se sim, qual?



Fonte: CET/UnB, 2014.

Dos estabelecimentos que participaram de ações relacionadas a gestão de resíduos sólidos no município apresentados no Quadro 14, 25% estiveram presentes em palestras de outro estado, 25% em ações da *World Wild Fund* (WWF) e metade dos entrevistados participaram de palestras do governo.

Quadro 15 - Houve alguma mudança após essa participação?



Fonte: CET/UnB, 2014.

De acordo com o Quadro 15, por mais que os proprietários participassem de ações relacionadas a gestão de resíduos sólidos, 75% declarou que não houve mudança alguma após a participação. Se tal percepção for correta pode-se denotar que as ações tem sido mais individualizadas do que coletivas em relação ao gerenciamento integrado dos resíduos sólidos no municípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados acima demonstraram que para o município de Pirenópolis aspectos importantes destacados nos documentos legais, em especial a PNRS e o PMGIRS, como as ações individualizadas dos agentes envolvidos com a oferta do turismo e sua integração às ações coletivas não possuem convergência e não seguem o princípio da responsabilidade compartilhada que vai da geração à destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos.

Além do problema não ser considerado de total importância verifica-se que entre os estabelecimentos de hospedagem respondentes não há uma participação permanente em ações integradas aos interesses de outros agentes.

A análise e interpretação dos dados baseou-se em uma percepção parcial sobre a conformidade com as boas práticas identificadas desde a geração até a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos promovida pelos Meios de Hospedagem na zona urbana do município turístico de Pirenópolis, uma vez que não colheu-se a percepção dos estabelecimentos localizados na zona rural do município por limitações da própria pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Álvares, Priscila Bernardes (2010) *Lixo turístico e a importância da gestão integrada de resíduos sólidos urbanos para um turismo sustentável: o caso de Caldas Novas, Goiás*. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, Brasil.
- Brasil. Ministério do Turismo. (2014). *Plano de Marketing Turístico – Experiências do Brasil (2014-2018)*. Brasília, DF.
- Cooperativa de Serviços Ambientais e Tecnologias Sociais. (2014). *Diagnóstico Técnico Participativo* Pirenópolis, Prefeitura Municipal de Pirenópolis.
- Centro de Excelência em Turismo - Universidade de Brasília - CET/UnB (2014). *Relatório do Diagnóstico das boas práticas do setor de Meios de Hospedagem de Pirenópolis/GO* (Relatório de Pesquisa, 2014) Brasília, DF, Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília.
- De Conto, S. M. (2005) Gerenciamento de resíduos sólidos em meios de hospedagem. In: Trigo, L. G. G. (Ed.). *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca
- Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM. (2001). Modelo colaborativo. *Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos* [manual]. Rio de Janeiro, IBAM.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2000). Pesquisa Nacional de Saneamento Básico. Rio de Janeiro, RJ.
- Gouveia, N. (2012). Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17 (6):1503-1510

Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010 (2010) Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF. Diário Oficial da União, Brasília, 2010.

Nicoletti, I. (2002). *O Lixo, O Turismo e os Desafios para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos em Uma Unidade de Conservação: Estudo de Caso em Pirenópolis, APA Pirineus de Goiás*. Tese de doutorado, FSP USP, São Paulo, SP, Brasil.

Prefeitura Municipal de Pirenópolis. (2015). *Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos - PMGIRS*. Prefeitura Municipal de Pirenópolis.

Prefeitura Municipal de Pirenópolis. (2012). *Plano Municipal de Turismo*. Prefeitura Municipal de Pirenópolis.

Santos, M.; Silveira, M. L. (2004). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record.